

Entre conquistas e obstáculos: a prática esportiva e os desafios vivenciados por atletas paralímpicos brasileiros

Entre logros y obstáculos: la práctica deportiva y los desafíos vividos por atletas paralímpicos brasileños

Between Achievements and Obstacles: Sports Practice and the Challenges Faced by Brazilian Paralympic Athletes

Gabriel Feiten, Diego Matheus Schaab e Gustavo Roes Sanfelice

Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social

Universidade Feevale, Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, Brasil

Doi: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.11954>

Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar as possíveis contribuições que o esporte gerou na vida dos atletas com deficiência e conhecer as dificuldades e desafios encontrados em ser um atleta paralímpico no Brasil. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, cuja técnica utilizada para a coleta de dados foi a entrevista narrativa, feita de forma individual e semiestruturada. Foram entrevistados 14 atletas paralímpicos brasileiros em atividade, oriundos de esportes individuais e com algum tipo de deficiência física, provenientes das cinco regiões do país, de ambos os sexos e com diferentes idades. A análise dos dados foi baseada na técnica de Bardin de análise categorial, a partir da qual foram elencadas categorias temáticas que representassem o objetivo do estudo.

Os resultados demonstraram que o esporte paralímpico contribui positivamente na aceitação pessoal do atleta com deficiência e favorece novas interações sociais, além de proporcionar novas oportunidades financeiras, culturais e educacionais. O estudo evidenciou que o esporte paralímpico constitui um importante vetor de transformação social e subjetiva, promovendo inclusão, empoderamento, pertencimento e cidadania. Ao ressignificar a deficiência, fortalece a autonomia e amplia o reconhecimento público, contribuindo para os campos da educação física, da psicologia e demais áreas que estudam sobre pessoas com deficiência. Contudo, persistem desafios estruturais, como barreiras de acessibilidade, desigualdade regional de recursos, profissionalização precária e representações midiáticas. Diferenças entre modalidades e tipos de deficiência

Gabriel Feiten  <https://orcid.org/0000-0002-6537-253X>

Diego Matheus Schaab  <https://orcid.org/0000-0003-1916-1608>

Gustavo Roes Sanfelice  <https://orcid.org/0000-0003-0159-3584>

Não temos nenhum conflito de interesse conhecido para divulgar.

A correspondência relativa a este artigo deve ser endereçada a Gustavo Roes Sanfelice. E-mail: sanfeliceg@feevale.br. Universidade Feevale, Instituto de Ciências da Saúde. Rua Maurício Cardoso, nº 510, Hamburgo Velho, CEP 93510250. Novo Hamburgo, RS, Brasil. Telefone: 55 (51) 35868800, ramal: 8957.

Para citar este artículo: Feiten, G., Schaab, D. M., & Sanfelice, G. R. (2025). Entre conquistas e obstáculos: a prática esportiva e os desafios vivenciados por atletas paralímpicos brasileiros. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 43(1), 1-15. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.11954>

acentuam essas desigualdades, sobretudo em esportes menos visibilizados. Assim, o estudo reforça a necessidade de políticas públicas intersetoriais que articulem esporte, inclusão e justiça social.

Palavras-chave: atletas paralímpicos, esporte paralímpico, contribuições do esporte paralímpico, dificuldades no esporte paralímpico

Resumen

El objetivo de este estudio fue analizar las posibles contribuciones que el deporte ha generado en la vida de los atletas con discapacidad y conocer las dificultades y retos que se encuentran al ser un atleta paralímpico en Brasil. Se hizo una investigación cualitativa, descriptiva y exploratoria, con entrevistas narrativas, realizadas de forma individual y semiestructurada. Participaron 14 atletas paralímpicos brasileños activos, procedentes de deportes individuales y con algún tipo de discapacidad física, de las cinco regiones del país, de ambos sexos y de diferentes edades. Se aplicó el análisis categórico de Bardin, y se enumeraron categorías temáticas que representaban el objetivo del estudio. Los resultados demostraron que el deporte paralímpico contribuye positivamente a la aceptación personal del atleta con discapacidad, favorece nuevas interacciones sociales, y proporciona nuevas oportunidades financieras, culturales y educativas. Se evidenció que el deporte paralímpico constituye un importante vector de transformación social y subjetiva, promoviendo la inclusión, el empoderamiento, la pertenencia y la ciudadanía. Al redefinir la discapacidad, fortalece la autonomía y amplía el reconocimiento público, contribuyendo a los campos de la educación física, la psicología y otras áreas que estudian a las personas con discapacidad. Sin embargo, persisten retos estructurales, como las barreras de accesibilidad, la desigualdad regional de recursos, la precaria profesionalización y las representaciones mediáticas. Las diferencias entre modalidades y tipos de discapacidad acentúan estas desigualdades, sobre todo en los deportes menos visibles. Esto refuerza la necesidad de políticas públicas intersectoriales que articulen el deporte, la inclusión y la justicia social.

Palabras clave: atletas paralímpicos, deporte paralímpico, contribuciones del deporte paralímpico, dificultades en el deporte paralímpico

Abstract

The objective of this study was to analyze the possible contributions that sport has made to the lives of athletes with disabilities and to understand the difficulties and challenges encountered in being a Paralympic athlete in Brazil. To this end, a qualitative, descriptive, and exploratory study was conducted, using narrative interviews, conducted individually and in a semi-structured manner, as the data collection technique. Fourteen active Brazilian Paralympic athletes were interviewed, all from individual sports and with some type of physical disability, from the five regions of the country, of both sexes and of different ages. Data analysis was based on Bardin's categorical analysis technique, resulting in a list of thematic categories representing the objective of the study. The results showed that Paralympic sport contributes positively to the personal acceptance of athletes with disabilities and promotes new social interactions, in addition to providing new financial, cultural, and educational opportunities. The study showed that Paralympic sport is an important vector of social and subjective transformation, promoting inclusion, empowerment, belonging, and citizenship. By reframing disability, it strengthens autonomy and increases public recognition, contributing to the fields of physical education, psychology, and other areas that study people with disabilities. However, structural challenges persist, such as accessibility barriers, regional inequality of resources, precarious professionalization, and media representations. Differences between sports and types of disability accentuate these inequalities, especially in less visible sports. Thus, the study reinforces the need for intersectoral public policies that articulate sport, inclusion, and social justice.

Keywords: Paralympic athletes, Paralympic sport, contributions of Paralympic sports, difficulties in Paralympic sports

As catástrofes, especialmente as guerras, deixam marcas profundas na sociedade, e uma de suas consequências mais impactantes é o aumento do número de pessoas com deficiência adquirida em combate. Durante e após a Segunda Guerra Mundial, inúmeros soldados retornaram com amputações, lesões medulares, traumas severos e doenças, sendo, muitas vezes, considerados pela sociedade como inválidos, inaptos para o trabalho e incuráveis. As taxas de mortalidade entre soldados com lesão na coluna vertebral chegavam a 80 %, e a expectativa de vida dos sobreviventes não passava de um ano (Brittain, 2012; Rademeyer, 2015). Essa realidade começou a mudar com a atuação do neurologista Ludwig Guttmann, no Hospital de Stoke Mandeville, na Inglaterra. Ele propôs uma abordagem inovadora ao promover a reabilitação pelo movimento, utilizando o esporte como instrumento terapêutico, físico, psicológico e social (Bailey, 2008; Parsons & Winckler, 2012).

O esporte adaptado, inicialmente voltado à reabilitação, ganhou proporções competitivas e sociais significativas. Em 1948, Guttmann organizou os primeiros Jogos de Stoke Mandeville, que evoluíram para os Jogos Paralímpicos, realizados oficialmente a partir de 1960, em Roma (International Paralympic Committee, 2021). A partir daí, o esporte paralímpico consolidou-se como uma prática transformadora, capaz de resgatar a autoestima, promover inclusão social e criar oportunidades para pessoas com deficiência (Marques, 2010; Diniz et al., 2009).

No Brasil, o movimento paralímpico teve início em 1958, com forte influência estadunidense. O basquete em cadeira de rodas foi a primeira modalidade praticada e, posteriormente, expandiram-se as competições nacionais e internacionais. A fundação do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), em 1995, foi decisiva para a organização do esporte de alto rendimento, impulsionando investimentos e estrutura para os atletas (Miranda, 2011; Mello et al., 2012). A participação brasileira nas Paralimpíadas, especialmente a partir dos Jogos de Heidelberg

(1972), culminou em resultados expressivos nas últimas edições, com destaque para os Jogos Paralímpicos Paris 2024, nos quais o Brasil teve um desempenho histórico, terminando em quinto lugar no quadro geral e acumulando um total de 89 medalhas para o país.

Apesar dos avanços, os desafios persistem. A escassez de programas de base, as desigualdades regionais, as limitações financeiras e as dificuldades de mobilidade comprometem a trajetória dos atletas paralímpicos brasileiros (Dacosta, 2018;). Soma-se a isso a construção social da deficiência, permeada por estigmas que influenciam a percepção pública e midiática desses atletas, muitas vezes reduzidos a narrativas de superação pessoal, em detrimento de uma valorização profissional e esportiva mais ampla (Goffman, 1988; Marques, 2016). Embora a sociedade tenha avançado na aceitação da diversidade, o capacitismo enquanto forma estrutural de opressão ainda constitui uma barreira à plena cidadania e à participação desses sujeitos (Piccolo, 2024).

Nesse contexto, autores como Seron et al. (2021), defendem que o esporte para pessoas com deficiência deve ser compreendido não apenas como um espaço de reabilitação ou superação individual, mas também como campo estratégico de enfrentamento ao capacitismo, promovendo a valorização da diversidade e a desconstrução de estereótipos. A perspectiva anticapacitista, conforme discutem Gesser et al. (2020), é fundamental para reconhecer que as limitações enfrentadas por esses atletas decorrem menos de suas condições corporais e mais das barreiras sociais e institucionais que os cercam.

Estudos recentes também apontam os benefícios psicossociais da prática esportiva adaptada, destacando melhorias na autoestima, qualidade de vida, socialização e reinserção profissional (Faborges et al., 2022). Entretanto, persiste uma lacuna importante na literatura quanto à escuta das vozes desses atletas, sobretudo em investigações qualitativas que valorizem seus relatos, experiências e sentidos atribuídos à prática esportiva

em suas vidas. Grande parte das pesquisas ainda privilegia abordagens biomédicas, estatísticas de rendimento ou análises centradas no desempenho, negligenciando a dimensão subjetiva e política de suas trajetórias (Cardoso et al., 2018; Bredariol et al., 2022).

Além disso, são escassos os estudos que examinam criticamente o impacto das políticas públicas de fomento ao esporte paralímpico, suas limitações práticas e os efeitos das desigualdades regionais e socioeconômicas sobre os processos de formação, permanência e reconhecimento dos atletas. Nesse sentido, compreende-se que a análise das experiências desses sujeitos exige uma abordagem interseccional, que considere marcadores como deficiência, classe, território e acesso a recursos esportivos (CPB, 2022; Gesser et al., 2020).

Diante desse panorama, este artigo busca compreender os benefícios da prática esportiva e os desafios enfrentados por atletas paralímpicos brasileiros, com ênfase nas dimensões psicossociais, institucionais e políticas que atravessam suas experiências. A partir de uma abordagem qualitativa exploratória, analisaram-se as contribuições do esporte na vida de atletas com deficiência e os obstáculos que ainda limitam sua plena inclusão e profissionalização. Para isso, foram entrevistados 14 atletas paralímpicos, provenientes das cinco regiões do Brasil, cujos relatos revelam tanto os impactos positivos do esporte em termos de reabilitação, autoestima e inserção social, quanto as dificuldades relacionadas à acessibilidade, ao apoio financeiro e ao reconhecimento midiático.

Metodologia

Este estudo foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, com o objetivo de compreender as experiências subjetivas de atletas paralímpicos brasileiros, especialmente no que se refere aos sentidos atribuídos ao esporte em suas trajetórias

de vida. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela sua capacidade de captar significados, construções simbólicas e dimensões subjetivas que não são plenamente apreendidas por métodos quantitativos (Minayo, 2014). Tal perspectiva é particularmente relevante no campo da pesquisa com pessoas com deficiência, cujas vivências são permeadas por múltiplos marcadores sociais e institucionais.

O delineamento do estudo baseou-se na lógica interpretativa das ciências sociais, centrada na compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências (Stake, 2011). A amostragem foi do tipo intencional por critérios, o que permitiu selecionar participantes que detinham características específicas relevantes para os objetivos da pesquisa. Foram definidos os seguintes critérios de inclusão: 1) estar em atividade esportiva regular no momento da coleta; 2) ter histórico comprovado de participação em competições oficiais; e 3) atuar em modalidades individuais, o que favorece a análise comparativa dos impactos da prática esportiva na trajetória pessoal dos sujeitos.

O estudo incluiu 14 atletas paralímpicos com diferentes tipos de deficiência, distribuídos pelas cinco regiões do Brasil (Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte). A composição amostral buscou garantir diversidade regional, de modalidade esportiva, sexo, faixa etária e nível de escolaridade, de modo a captar a heterogeneidade do cenário esportivo paralímpico nacional.

Para fins analíticos, os participantes foram organizados em três grupos, conforme o nível de participação competitiva:

- paralímpicos — atletas com ao menos uma participação em Jogos Paralímpicos;
- internacionais — atletas com histórico em campeonatos mundiais ou Parapan-Americanos;
- nacionais — atletas com participação restrita a eventos de âmbito nacional ou regional.

Essa categorização possibilitou analisar diferentes estágios da carreira esportiva e suas implicações no desenvolvimento pessoal, na autonomia e no

reconhecimento social dos sujeitos. Além disso, revelar a diversidade de contextos enfrentados no paradesporto. O Quadro 1 apresenta a caracterização detalhada dos participantes.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas semiestruturadas, conforme os pressupostos metodológicos de Jovchelovitch e Bauer (2011). Esta técnica foi escolhida por permitir que os participantes compartilhassem suas histórias de vida de forma livre, favorecendo a emergência de sentidos atribuídos às suas experiências no esporte. O roteiro norteador incluiu temas como: início na prática esportiva; processo de superação de barreiras; experiências com treinamentos e competições; relação com instituições esportivas; profissionalização; impactos sociais; e expectativas futuras.

As entrevistas foram realizadas individualmente, por videochamada via WhatsApp, entre 30 de setembro e 27 de novembro de 2020, tendo sido conduzidas pelo pesquisador principal, que possui experiência na área da Educação Física adaptada e Psicologia. As conversas duraram entre 45 e 90 minutos, foram registradas em áudio, que foram transcritas — com o consentimento prévio dos participantes —, e seguiram os princípios éticos da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, assegurando voluntariedade, anonimato e confidencialidade das informações fornecidas. A presente pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Feevale, sob o CAAE (certificado de apresentação de apreciação ética) número 50872821.5.0000.5348.

Quadro 1.
Caracterização dos sujeitos incluídos na pesquisa

Atletas	Categoria	Região	Esporte	Idade	Sexo	Escolaridade
Atleta A	Paralímpico	Sul	Esgrima	37	F	Ensino médio
Atleta B	Internacional	Sul	Natação	29	M	Superior
Atleta C	Nacional	Sul	Atletismo	28	F	Superior
Atleta D	Paralímpico	Sudeste	Natação	33	F	Ensino médio
Atleta E	Internacional	Sudeste	Ciclismo	43	M	Superior
Atleta F	Nacional	Sudeste	Ciclismo	26	F	Superior
Atleta G	Paralímpico	Centro-oeste	Tênis de Mesa	47	M	Superior incompleto
Atleta H	Internacional	Centro-oeste	Ciclismo	26	F	Superior incompleto
Atleta I	Nacional	Centro-oeste	Natação	45	M	Ensino médio
Atleta J	Paralímpico	Nordeste	Halterofilismo	48	F	Ensino médio
Atleta K	Internacional	Nordeste	Halterofilismo	24	M	Superior
Atleta L	Nacional	Nordeste	Natação	18	F	Ensino médio
Atleta M	Paralímpico	Norte	Tênis de Mesa	28	M	Superior incompleto
Atleta N	Nacional	Norte	Ciclismo	40	M	Superior

Os dados foram organizados e analisados com base na análise de conteúdo, conforme o método proposto por Bardin (2016), reconhecido por seu rigor e sistematização na análise de material textual. O processo analítico seguiu três etapas:

1. pré-análise — leitura flutuante do corpus, organização dos dados e preparação do material para codificação;
2. exploração do material: identificação das unidades de significado, codificação e agrupamento em categorias temáticas;
3. tratamento dos resultados e interpretação: análise à luz do referencial teórico, com foco nos aspectos psicossociais, institucionais e estruturais das vivências esportivas.

A análise resultou na identificação de quatro categorias centrais:

1. Identidade e inclusão social: a constituição da identidade como atleta e o papel do esporte na inserção social;
2. Independência e autonomia: os efeitos da prática esportiva na ampliação da autonomia, da mobilidade e do acesso a recursos;
3. Profissionalização e reconhecimento: desafios e possibilidades de consolidação da carreira no esporte paralímpico;
4. Acessibilidade e infraestrutura: barreiras relacionadas à mobilidade, à estrutura de treinamento, ao transporte e ao apoio institucional.

Essas categorias refletem a complexidade das experiências dos atletas paralímpicos brasileiros e evidenciam tanto os benefícios do esporte quanto os obstáculos estruturais à sua valorização plena.

Resultados e discussão

Identidade e inclusão social

A construção da identidade de pessoas com deficiência é atravessada por dinâmicas sociais que historicamente associam a deficiência à inferioridade, à incapacidade e à exclusão. Conforme Goffman

(1988), o estigma opera por meio de estruturas simbólicas que classificam e rotulam os sujeitos com base em desvios da norma, mantendo-os em posição de marginalidade, mesmo quando inseridos socialmente. A convivência com a deficiência, por si só, não elimina o preconceito, pois esses estigmas são reiterados cotidianamente por meio de discursos e práticas sociais excludentes.

Nesse contexto, o esporte paralímpico emerge como um potente instrumento de ressignificação da deficiência e reconstrução da identidade social. A prática esportiva valoriza as capacidades do sujeito, promove a autoestima e proporciona reconhecimento social. Como salientam Seron et al. (2021), o esporte pode contribuir para uma luta anticapacitista ao deslocar o olhar sobre a deficiência, não mais como limitação, mas como uma expressão da diversidade humana. Pancotto (2016) também reforça que a inclusão social não se restringe ao acesso formal aos direitos, mas envolve a vivência plena da cidadania e o reconhecimento das diferenças na esfera pública.

Os relatos dos participantes confirmam essa função identitária e de pertencimento do esporte. O Atleta B afirma:

O esporte me deu esperança, mostrou que meu esforço é o que conta, mudou minha vida [...], eu sentia muito preconceito nos Correios onde eu trabalhava por ser uma pessoa com deficiência [...] quando comecei a nadar e melhorar meus tempos, percebi que as outras pessoas me olham diferente. Hoje não me veem [como] uma pessoa com deficiência, eles percebem como sou dedicado ao treino, que sou bem veloz, isso que importa.

Esse depoimento exemplifica um processo de deslocamento do estigma para uma identidade baseada na competência, no esforço e na performance, desafiando o imaginário social sobre o corpo com deficiência. A Atleta D amplia essa perspectiva ao afirmar:

O esporte paralímpico me trouxe uma identidade enquanto pessoa com deficiência. Eu não me

entendia assim, não me enxergava assim [...] foi só no convívio com outras pessoas com deficiência que eu passei a enxergar a minha deficiência; além disso, enxergar as minhas potencialidades, sabe, o que eu poderia fazer com ela, como se minha deficiência se tornasse uma ferramenta de trabalho. Só sou atleta paralímpica porque tenho uma deficiência.

Essa visão alinha-se ao que defendem Gesser et al. (2020) quanto a uma perspectiva emancipatória da deficiência, na qual os sujeitos se apropriam de sua condição como parte constitutiva da identidade, sem ocultá-la ou negá-la. A partir dessa experiência coletiva, valoriza-se o corpo com deficiência como corpo capaz, que ocupa com legitimidade os espaços esportivos e sociais.

Outro elemento importante diz respeito à socialização promovida pelo ambiente esportivo. O Atleta F destaca: “ser atleta foi a melhor coisa que eu poderia fazer, a gente conhece muita gente de vários estados, é um clima muito bom [...], saber que você vai competir, que você vai encontrar os colegas, é uma integração única”. O Atleta C corrobora: “estar nas competições me gera um prazer profundo, encontro meus amigos, estou entre pessoas que eu gosto”.

Esse aspecto reforça o papel do esporte como espaço de construção de redes sociais, cooperação e pertencimento, fundamentais para o enfrentamento do isolamento social comumente vivenciado por pessoas com deficiência. A adaptação de espaços esportivos não apenas garante a prática esportiva, mas também promove interações que favorecem a subjetividade e a autonomia: “amo competir, não tem coisa melhor, quando ganhei minha primeira medalha de ouro fiquei muito orgulhoso, todo mundo queria ver minha medalha, naquele momento me senti um atleta de verdade, não só uma pessoa com deficiência” (Atleta M).

Apesar desses avanços, os estereótipos midiáticos ainda limitam o reconhecimento social pleno. Conforme apontam Buysse e Borcharding (2010), prevalecem representações dicotômicas: ora o atleta é retratado como herói que supera todas as

limitações, ora como coitado que precisa de proteção. Schell e Duncan (1999) alertam que essas imagens ocultam a complexidade da experiência com a deficiência e podem reforçar expectativas irreais sobre desempenho e superação. Como enfatiza Seron et al. (2021), combater o capacitismo exige romper com essas narrativas estigmatizantes e construir novas formas de representação social.

O esporte paralímpico cumpre papel fundamental na reconstrução subjetiva e social dos atletas. Ele contribui para ressignificar a deficiência, fortalecer o pertencimento a uma coletividade, combater estigmas e afirmar identidades. Para além dos benefícios físicos, o esporte assume uma dimensão simbólica de resistência e cidadania, inserindo as pessoas com deficiência como protagonistas de sua história e de transformações sociais mais amplas.

Independência e autonomia

A prática esportiva, especialmente em nível competitivo, constitui um poderoso agente de transformação na vida de pessoas com deficiência, promovendo não apenas ganhos físicos e sociais, mas, sobretudo, o fortalecimento da independência e da autonomia pessoal. Embora esses dois conceitos sejam frequentemente utilizados como sinônimos, é fundamental distinguir suas especificidades. A *independência* refere-se à capacidade de realizar tarefas cotidianas e tomar decisões sem a necessidade de assistência constante, enquanto a *autonomia* diz respeito à autodeterminação, ou seja, à possibilidade de conduzir a própria vida com base em valores, desejos e objetivos individuais (Amorim, 2014).

No contexto do esporte paralímpico, essas dimensões adquirem relevância especial, pois se articulam com o empoderamento subjetivo, o reconhecimento social e a reconfiguração do lugar da pessoa com deficiência na sociedade. Independentemente da finalidade da prática, o esporte para pessoas com deficiência gera benefícios que ultrapassam a dimensão física, alcançando o bem-estar emocional e a participação social. Além

de favorecer quem pratica, essa experiência contribui para desconstruir visões equivocadas ainda pautadas em ideias de incapacidade e assistencialismo, promovendo a compreensão e a valorização das diferenças individuais (Kim et al., 2017).

Os relatos dos atletas entrevistados refletem essa transformação. O Atleta G compartilha: “antes eu dependia muito da família, não saía, ficava em casa só. Quando comecei a competir, fui vendo que dava pra ir longe [...] Hoje viajo sozinho, resolvo minhas coisas, é outra vida”. Essa fala evidencia um rompimento com o ciclo de dependência familiar e o surgimento de um modelo de subjetividade, baseado na autoconfiança e na liberdade de escolha.

A Atleta L reforça essa perspectiva ao dizer: “eu era muito insegura, achava que precisava de ajuda pra tudo, depois que comecei a treinar e ir pras competições, fui vendo que eu conseguia sim. Hoje ajudo outros também”. A experiência esportiva, nesse caso, possibilita não só a conquista da autonomia, mas também o fortalecimento de redes de solidariedade e pertencimento que operam como suporte coletivo no enfrentamento das dificuldades.

Outros atletas destacam como o acesso ao esporte possibilitou vivências antes impensáveis:

O esporte me deu bastante autonomia, quebrou vários tabus. Mesmo cadeirante, eu podia viajar sozinha, ter independência [...], conheci vários países que, se não fosse através do esporte, eu não estaria conhecendo, não estaria viajando. (Atleta A)

O esporte é minha profissão, é minha base [...], as maiores mudanças da minha vida foram por conta do esporte paralímpico [...] não é só uma mudança de cidade, sair do interior do interior do Paraná e vir para São Paulo, depois Brasília, mas conhecer vários lugares do mundo. (Atleta H)

Nem imagino conhecer o Brasil da forma que conheço se não fosse pelo esporte. Com certeza, não iria ter essa oportunidade. (Atleta I)

Alguém que saiu do interior do Rio Grande do Norte e conhecer tudo que já conheci é uma bênção. Não fiquei rica fazendo esporte, mas conheci os lugares dos meus sonhos. (Atleta J)

Essas narrativas revelam que a prática esportiva, ao permitir o acesso a novas experiências, deslocamentos e oportunidades educacionais e profissionais, desempenha um papel crucial na ampliação do horizonte de possibilidades dos atletas. Além disso, para Cardoso (2016), a trajetória esportiva contribui para a construção de um projeto de vida estruturado, favorecendo o engajamento com estudos, carreira e vida comunitária.

A vivência esportiva permitiu que muitos atletas conhecessem diferentes regiões do Brasil e do exterior, ampliando seus horizontes por meio do contato com outras culturas, da aquisição de novos conhecimentos e do enriquecimento de suas experiências de vida. Os desempenhos positivos em competições e a visibilidade conquistada em campeonatos nacionais e internacionais também facilitaram o ingresso em instituições de ensino por meio de programas de bolsas de estudo, promovendo a qualificação acadêmica e profissional desses atletas.

Nesse contexto, destacam-se os seguintes depoimentos:

Comecei a ter bolsa de estudos em escolas que eu nunca poderia pagar. (Atleta D)

Pude estudar em uma universidade [...] hoje tenho a oportunidade de uma profissão quando me aposentar no esporte. (Atleta K)

Foi muito bom ganhar bolsa para estudar, me dividia entre os treinamentos e os estudos. Tive acesso a uma educação de qualidade por ser atleta. (Atleta F)

Pude conhecer culturas do mundo todo; ganhei bolsa para estudar inglês; hoje eu falo inglês e espanhol, tudo porque sou atleta. (Atleta M).

Contudo, os relatos também expõem os limites desse processo, fortemente condicionados por desigualdades sociais e estruturais. O Atleta I comenta: “a gente luta todo dia, porque sem patrocínio e sem ajuda fica difícil. Tem mês que nem passagem a gente consegue. Aí fica complicado dizer que a gente é independente, né?”. A Atleta M reforça “acho complicado que estava morando

sozinho em São Paulo, mas caí no ranking e vou perder parte do valor do ‘Bolsa Atleta’, então vou voltar a morar com meus pais”. A autonomia, nesse caso, é tensionada pela insuficiência de políticas públicas contínuas e pela dependência de apoios temporários e meritocráticos, como o Bolsa Atleta.

De acordo com Garcia (2020), a autonomia plena de pessoas com deficiência requer a articulação entre garantias legais, acessibilidade, suporte financeiro e inclusão social efetiva. Nesse sentido, os dados desta pesquisa reforçam a importância de compreender a independência e a autonomia não como virtudes individuais, mas como conquistas mediadas por condições materiais, simbólicas e institucionais.

A literatura recente aponta que a promoção da autonomia no paradesporto exige ações interseccionais. Bettine e Freitas (2020) destacam que o desempenho esportivo de atletas com deficiência depende não apenas de esforço individual, mas também do acesso a transporte adaptado, de alimentação adequada, infraestrutura e acompanhamento técnico. Da mesma forma, Seron et al. (2021) enfatizam a importância de políticas públicas anticapacitistas, que reconheçam a diversidade funcional como valor social e cultural.

A prática esportiva, ao proporcionar novas experiências, ampliar o reconhecimento social e fortalecer vínculos coletivos, contribui para a construção da autonomia de atletas com deficiência. No entanto, sua efetivação como direito exige políticas públicas permanentes e comprometidas com a justiça social, que assegurem condições equitativas de participação e inclusão no esporte e na sociedade.

Profissionalização e reconhecimento

A profissionalização do esporte paralímpico constitui um processo multifacetado, que envolve o reconhecimento institucional da prática esportiva como ocupação legítima, o acesso a condições adequadas de treinamento e a suporte técnico-

financeiro estável, bem como o fortalecimento de políticas públicas que garantam segurança e continuidade à carreira dos atletas. Embora programas como o Bolsa Atleta e a Lei 10.264, de 16 de julho de 2001 (Lei Agnelo/Piva) representem marcos significativos, os relatos de atletas evidenciam que a trajetória rumo à profissionalização ainda é permeada por desafios estruturais e simbólicos.

Segundo a Lei 9.615/98, a Lei Pelé (Brasil, 1998), o esporte profissional é caracterizado pela existência de contrato formal e remuneração, enquanto o esporte não profissional se estrutura a partir da prática livre e da ausência de vínculo empregatício. No entanto, a maior parte dos atletas paralímpicos brasileiros não possui contratos formais, operando em um regime híbrido que combina alto rendimento com precarização laboral. Como aponta DaCosta (2018), a profissionalização exige mais do que remuneração eventual: demanda estabilidade, planejamento de carreira e reconhecimento do esporte como campo de trabalho.

Essa condição é reiterada nas falas dos participantes. O Atleta E relata: “tem mês que eu ganho, tem mês que não. Se eu não tiver resultado, cortam. É muita pressão e pouca estrutura. Parece que a gente só serve quando está ganhando”. O Atleta K complementa: “a gente treina como profissional, mas é tratado como amador. Não tem salário fixo, não tem contrato, não tem plano de carreira. E, quando se machuca ou para, fica no esquecimento”.

A ausência de vínculos empregatícios reflete a fragilidade institucional da carreira esportiva paralímpica, limitando o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários e a lógica de superação individual, muitas vezes enaltecida pela mídia, invisibiliza a necessidade de estrutura profissional consistente.

Outro aspecto crítico diz respeito às desigualdades regionais. O Atleta M compartilha: “onde eu moro não tem estrutura nenhuma. Se quiser competir ou treinar de verdade, tem que viajar. Isso gera custo, desgaste [...] muitos desistem no caminho”.

Essa realidade, segundo Almeida (2018), é agravada pela concentração de investimentos nas regiões Sul e Sudeste, o que compromete a equidade no acesso ao desenvolvimento esportivo. Apesar dos avanços promovidos pelo CPB, como centros de treinamento e polos regionais (Cardoso et al., 2018), a descentralização ainda é incipiente.

Mesmo assim, os benefícios subjetivos e sociais da vivência esportiva são amplamente valorizados pelos atletas. O Atleta D afirma: “eu era desempregada, vivia de favor. Depois que comecei a competir, minha vida virou. Hoje dou palestras, consigo ajudar minha família, me vejo como profissional”.

Essa experiência reforça o caráter transformador do esporte, ainda que os ganhos materiais sejam limitados. A Atleta D também menciona: “financeiramente o esporte não me dá muito, mas, como disse, me deu oportunidade de estudar em escolas que nunca poderia pagar”. Enquanto o Atleta K complementa: “tenho certeza de que todo esforço e dificuldades que estou passando hoje no futuro vai valer a pena, pois consegui estudar e garantir uma profissão quando deixar de ser atleta”.

Esses relatos destacam que, além da renda direta, o esporte proporciona capital educacional e simbólico que contribui para a mobilidade social dos atletas. Fernandes et al. (2018) afirmam que o esporte é expressão cultural potente, capaz de formar valores, competências e perspectivas de vida.

Ainda assim, os entraves financeiros persistem. O Atleta A detalha: “meu deslocamento de Santo Antônio para Porto Alegre [...] mais os meus treinos, tudo é custeado por mim. Eu uso o Bolsa Atleta do governo pra isso [...], dá mais ou menos uns R\$ 2.800 por mês”. O Atleta B aponta: “a falta de reconhecimento me incomoda muito [...] o apoio financeiro, que é feito unicamente pelo Bolsa Atleta”.

Segundo Barreto (2016), os atletas paralímpicos recebem menos da metade dos recursos direcionados aos olímpicos, mesmo quando apresentam desempenhos superiores. Essa disparidade revela

o preconceito estrutural ainda presente nas políticas de fomento.

O Atleta F destaca: “o Bolsa Atleta de R\$ 925 não dá para nada. Ser um atleta profissional é difícil, o ciclismo é um esporte caro”. E o Atleta H acrescenta: “mandei projeto de patrocínio para mais de 100 empresas, tive só três respostas”.

A escassa visibilidade e o baixo interesse da iniciativa privada impõem obstáculos à consolidação de uma carreira sustentável. Como argumentam Faborges et al. (2022), é preciso romper com a lógica da exceção e institucionalizar o apoio ao esporte paralímpico como política de Estado.

A literatura também indica que os custos relacionados à deficiência tornam a prática esportiva ainda mais onerosa. Tasiemski et al. (2004), Kars et al. (2009) e Haiachi et al. (2016) destacam que atletas com lesões medulares, amputações ou limitações motoras têm gastos superiores com equipamentos, transporte e assistência pessoal.

A profissionalização e o reconhecimento no esporte paralímpico brasileiro avançaram, mas ainda enfrentam entraves estruturais, simbólicos e econômicos. Superar esses desafios implica abandonar visões assistencialistas e investir em políticas públicas permanentes, inclusivas e intersetoriais que valorizem o atleta com deficiência como profissional, cidadão e protagonista de sua trajetória.

Acessibilidade e infraestruturas

A acessibilidade é um dos pilares fundamentais para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência e para sua plena inclusão na sociedade. No campo esportivo, ela se configura como condição indispensável para a prática digna e segura do esporte, abrangendo desde o acesso físico aos espaços de treinamento até a disponibilidade de equipamentos adaptados, transporte adequado, recursos tecnológicos e profissionais qualificados. No entanto, os dados empíricos desta pesquisa revelam que, apesar dos avanços legais, o Brasil ainda enfrenta um cenário de deficiências estruturais e

institucionais que comprometem a vivência esportiva de atletas com deficiência.

Como define a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2020), acessibilidade é a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação [...], por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida”. Na prática, porém, os relatos dos atletas demonstram o distanciamento entre essa definição normativa e a realidade cotidiana.

A fala do Atleta B ilustra esse descompasso: “tenho dificuldade nos ambientes, falta estrutura física [...], muitas vezes a gente se depara com um degrau, ou com competições que têm escadaria [...] dependemos da boa vontade das pessoas porque as leis de acessibilidade não são respeitadas”.

Relatos como esse reforçam o argumento de Lima (2006), segundo o qual a ausência de acessibilidade amplia a segregação e impede o exercício pleno da cidadania. Além disso, como observa Manzini (2005), é comum confundir “acesso” com “acessibilidade”; enquanto o primeiro remete a chegar a um espaço, o segundo envolve a adequação do ambiente às diversas necessidades dos usuários.

Outros atletas apontam barreiras no deslocamento:

O deslocamento é difícil principalmente pra quem não tem carro. Se virar com o transporte público é um sofrimento [...] até chegar no local de treinamento, o cara tem desgaste físico grande, ainda mais treinando todo dia. (Atleta G)

Precisava pegar três ônibus até chegar no clube, só que, no meio disso, tem a falta de acessibilidade que atrapalha. Já tive em competições que a cadeira não passava na entrada. (Atleta K)

Esses testemunhos corroboram as análises de Gomes et al. (2010), que afirmam que a precariedade dos meios de transporte compromete diretamente o direito de ir e vir de pessoas com deficiência, gerando exclusões que violam a legislação vigente. Slatin e Rush (2002) destacam

que a acessibilidade deve ser pensada como um princípio universal, beneficiando todas as pessoas com ou sem deficiência.

Além dos problemas com mobilidade, a falta de estrutura física nos locais de treino também compromete o desempenho e a permanência dos atletas. A Atleta F relata: “na escola que eu treinava, não tinha acesso. Tinha uma rampa muito inclinada; um professor precisava ir até meu carro me buscar. Se fosse acessível, facilitaria muito pra mim fazer tudo sozinha”.

Para Duarte e Cohen (2006), a acessibilidade deve promover acolhimento, conforto e dignidade. Mais do que eliminar barreiras físicas, trata-se de combater a exclusão atitudinal e estrutural. A literatura reforça que as barreiras arquitetônicas e simbólicas são determinantes na limitação do potencial esportivo das pessoas com deficiência (Costa, 2004; Rodrigues, 2005).

Ademais, como apontam os dados empíricos e os estudos de Melo e López (2002), a origem do esporte adaptado está intrinsecamente ligada à ideia de inclusão e reabilitação. Entretanto, a realidade atual mostra que muitos atletas continuam enfrentando dificuldades estruturais que comprometem seu rendimento e sua permanência no esporte. A Atleta C destaca: “agora em época de pandemia, então, piorou mais [...] a falta de acesso às pistas é um problema. Corro de tênis, mudando a forma de treinar. Na pista, eu tenho que correr de sapatilha, que desenvolve bem mais”.

Essa fala evidencia que a falta de infraestrutura adequada gera impactos técnicos significativos na preparação dos atletas. Como afirmam Seron et al. (2021), sem espaços acessíveis e políticas específicas, o discurso da inclusão no esporte torna-se retórico e ineficaz.

Apesar de o Brasil possuir estruturas de excelência como o Centro de Treinamento Paralímpico (Cardoso et al., 2018), a centralização desses recursos em poucas regiões aprofunda desigualdades territoriais. Atletas do Norte e do Nordeste, como relata o Atleta G, enfrentam custos e desgaste

adicionais para competir em condições justas. Conforme Pasini et al. (2020), a descentralização e regionalização das políticas esportivas são estratégias indispensáveis para garantir equidade no acesso.

A acessibilidade compreendida em sua dimensão ampliada continua sendo um dos principais gargalos para o desenvolvimento do esporte paralímpico no Brasil. Para que o esporte seja, de fato, um vetor de inclusão, é necessário que políticas públicas garantam transporte, espaços físicos, equipamentos e suporte técnico adaptados. Mais do que cumprir exigências legais, é preciso assegurar a plena participação e cidadania dos atletas com deficiência em todos os aspectos da vida esportiva.

Conclusão

Este estudo buscou compreender como a prática esportiva influencia a construção da identidade, a inclusão social, o empoderamento e a trajetória de vida de atletas paralímpicos em diferentes estágios da carreira. A partir da análise qualitativa das narrativas de 14 atletas, evidenciou-se que o esporte paralímpico funciona como um potente vetor de transformação subjetiva e social, contribuindo para a ressignificação da deficiência, para o fortalecimento da autonomia e para o reconhecimento social desses sujeitos historicamente marginalizados.

As experiências relatadas apontam que o envolvimento esportivo extrapola os benefícios físicos e psicológicos, configurando-se como um espaço simbólico de resistência, pertencimento e cidadania. O esporte se mostra capaz de romper com estigmas arraigados, ao promover formas de visibilidade que desafiam a lógica capacitista dominante, reposicionando a pessoa com deficiência como agente ativo e competente em múltiplas esferas da vida pública e privada.

Contudo, os dados também revelam que essas conquistas ainda são limitadas por desigualdades estruturais, barreiras de acessibilidade, ausência

de políticas públicas contínuas e representações midiáticas reducionistas. A profissionalização precária, a concentração regional de recursos e a escassez de apoio institucional evidenciam que a autonomia conquistada pelos atletas não pode ser compreendida como resultado exclusivo do mérito individual, mas como um processo coletivo que demanda investimentos consistentes do Estado e da sociedade.

Este trabalho contribui para os campos da Educação Física, da psicologia do esporte e estudos da deficiência ao valorizar as vozes e as experiências de atletas com deficiência como protagonistas de suas trajetórias. Ao adotar uma abordagem crítica e interseccional, reforça-se a necessidade de políticas intersetoriais que articulem esporte, inclusão, acessibilidade e justiça social.

Além disso, embora este estudo tenha adotado uma abordagem transversal às experiências dos atletas paralímpicos, é importante reconhecer que a vivência no esporte pode variar significativamente conforme o tipo de deficiência e a modalidade praticada. Por exemplo, atletas com deficiência física em modalidades de maior visibilidade midiática, como atletismo ou natação, tendem a acessar mais recursos, apoio institucional e reconhecimento público do que aqueles de modalidades coletivas ou menos difundidas, como a bocha ou o goalball. Da mesma forma, indivíduos com deficiências múltiplas ou severas podem enfrentar barreiras ainda mais complexas no que diz respeito à acessibilidade, à adaptação de equipamentos e à inclusão nos programas de alto rendimento. Incorporar essas distinções é essencial para compreender as camadas de desigualdade presentes no paradesporto e promover políticas mais equitativas e sensíveis à diversidade dentro do universo paralímpico.

Recomenda-se, para futuras investigações, o aprofundamento em políticas de suporte e transição de carreira para atletas paralímpicos, bem como análises comparativas entre modalidades, regiões e marcadores sociais como gênero, classe e raça. Somente com a ampliação dessas discussões

será possível consolidar o esporte como direito universal e como campo legítimo de transformação social para pessoas com deficiência no Brasil.

Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2020). *NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*.
- Almeida, M. (2018). Esporte paralímpico e políticas públicas: desafios da inclusão e equidade regional. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(2), 150-160. <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2017.12.001>
- Amorim, A. (2014). Autonomia e deficiência: uma abordagem a partir dos direitos humanos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 20(1), 109-124. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000100009>
- Bailey, S. (2008). *Athlete first: A history of the Paralympic Movement*. John Wiley.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barreto, M. (2016). *Esporte paralímpico brasileiro: vozes, histórias e memórias de atletas medalhistas (1976 a 1992)* [Tesis doctoral inédita]. Universidade Estadual de Campinas.
- Barrozo, L., Silva, L., & Vaz, S. (2012). Acessibilidade como fator de inclusão: reflexões teóricas. *Revista Educação Especial*, 25(43), 359-372.
- Bettine, M., & Freitas, G. (2020). Impactos psicossociais e econômicos em atletas e treinadores olímpicos/paraolímpicos de modalidades aquáticas devido ao COVID-19: percepções, discursos e perspectivas. *Motrivivência*, 32(63), 1-17. <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e73299>
- Bredariol, C., Pires, L., & Nunes, L. (2022). Narrativas de atletas paralímpicos brasileiros: entre desafios, superações e invisibilidades. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 44, Artigo e024122.
- Brittain, I. (2012). The military and the Paralympic Movement. *The Conversation*. [http://thecon-](http://theconversation.com/the-military-and-the-modern-paralympic-movement-9366)
- versation.com/the-military-and-the-modern-paralympic-movement-9366
- Buyse, J., & Borchering, B. (2010). Framing gender and disability: A cross-cultural analysis of photographs from the 2008 Paralympic Games. *International Journal of Sport Communication*, 3(3), 308-321. <https://doi.org/10.1123/ijsc.3.3.308>
- Cardoso, V. (2016). *O desenvolvimento da carreira esportiva de atletas paraolímpicos no Brasil* [Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositorio Digital de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/149557/001006495.pdf>
- Cardoso, V., Silva, D., Silva, C., & Araújo, P. (2018). A contribuição da mídia na construção dos ídolos paralímpicos brasileiros. *Brazilian Journal of Education, Technology and Society*, 11(1), 78-86. <https://doi.org/10.14571/brajets.v11.n1.78-86>
- Comitê Paralímpico Brasileiro. (2022). Esporte adaptado: perspectivas e desafios. *Boletim Técnico do CPB*, 4(1). <https://cpb.org.br/governanca-e-etica/relatorio-tecnico/>
- Costa, R. (2004). *Barreiras arquitetônicas e acessibilidade no cotidiano*. Moderna.
- DaCosta, L. (2018a). O legado esportivo dos Jogos Rio 2016: avanços e limitações para o esporte paralímpico. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 32(3), 325-338.
- DaCosta, L. (2018b). Política de esporte para deficientes no Brasil: do amadorismo à gestão pública esportiva. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 40(2), 223-229.
- Diniz, D., Medeiros, M., & Squinca, F. (2009). Direitos humanos e justiça. *SUR: Revista Internacional dos Direitos Humanos*, 6(11), 65-77.
- Duarte, E., & Cohen, C. (2006). Política pública de inclusão: a acessibilidade como prioridade. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 12(2), 247-258.
- Faborges, A. P. M., de Oliveira, E. J., Cardoso, Íris A. S., & Vieira, R. A. G. (2022). Atleta de

- paraciclismo: uma história de vida. *Revista De Inovação E Tecnologia - RIT*, 12(1), 99–122. Recuperado de <https://rit.openjournalsolutions.com.br/index.php/rit/article/view/60>
- Fernandes, N., Silva, R., & Oliveira, M. (2018). Esporte e cultura: informação quebrando barreiras. *Anais do Congresso de Educação Profissional e Tecnológica do IFSP* (Vol. 4). Instituto Federal de São Paulo.
- Gesser, M., Block, P., & de Mello, A. (2020). Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. Em M. Gesser, G. Böck & P. Lopes (Orgs.), *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social* (pp. 17-35). CRV.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (4ª ed.). LTC.
- Gomes, M., Rezende, C., & Tortorelli, M. (2010). Barreiras arquitetônicas e o direito de ir e vir. *Revista da Defensoria Pública do Estado de São Paulo*, 2(4), 41-55.
- Haiachi, M., Duarte, E., Ribas, J., & Araújo, P. (2016). Reflexões sobre a carreira do atleta paraolímpico brasileiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 2999-3006. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.18512016>
- International Paralympic Committee. (2021). *Paralympic Games History*.
- Jovchelovitch, S., & Bauer, M. (2011). Entrevista narrativa. Em M. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (pp. 90-113). Vozes.
- Kars, C., Hofman, M., Geertzen, J., Pepping, G.-J., & Dekker, R. (2009). Participation in sports by lower limb amputees in the Province of Drenthe, the Netherlands. *Prosthetics and Orthotics International*, 33(4), 356-367. <https://doi.org/10.3109/03093640902984579>
- Kim, K., Lee, S., & Oh, E.-S. (2017). Athletes with disabilities in the Paralympic Games: A framing analysis of television news. *Managing Sport and Leisure*, 22(4), 255-275. <https://doi.org/10.1080/23750472.2018.1445976>
- Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615consol.htm
- Lima, M. (2006). Cenas da prática de atividade física e esporte para deficientes. Em 3º *Seminário Internacional Ciência e Tecnologia na América Latina* (Vol. 1) (pp. 1-7). Campinas.
- Manzini, E. (2005). Inclusão e acessibilidade. *Revista da Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada — SOBAMA*, 10(1), 31-36.
- Marques, R. (2016). A contribuição dos Jogos Paralímpicos para a promoção da inclusão social: o discurso midiático como um obstáculo. *Revista USP*, (108), 87-96. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i108p87-96>
- Marques, R. (2010). *O esporte paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2010.779796>
- Melo, V., & López, C. (2002). *Esporte adaptado: história e inclusão*. Phorte.
- Minayo, M. (2014). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (14ª ed.). Hucitec.
- Miranda, T. (2011). *Comitê Paralímpico Brasileiro — 15 anos de história* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas].
- Pancotto, F. (2016). Inclusão social e políticas públicas no Brasil: entre a utopia e a realidade. *Revista Katálisis*, 19(1), 98-107.
- Parsons, A., & Winckler, C. (2012). Esporte e a pessoa com deficiência: contexto histórico. Em M. Mello & C. Winckler (Orgs.), *Esporte paralímpico* (pp. 1-18). Atheneu.
- Parsons, M. (2016). O Brasil paralímpico: da invisibilidade à potência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 30(4), 1061-1076.
- Pasini, G., Gutierrez, G., & Duarte, E. (2020). Comitê Paralímpico Brasileiro: análise do ambiente, estratégia e estrutura organizacional. *Motrivivência*, 32(63), Artigo e73677. <https://>

- periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2020e73677
- Piccolo, G. (2024). Capacitismo: uma categoria útil para a análise histórica das marginalizações sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 39, Artigo e3901. <https://doi.org/10.1590/39015/2024>
- Rademeyer, C. (2015). Guttmann's ingenuity: The Paralympic Games as legacy of the Second World War. *História*, 60(1), 47-59. <http://dx.doi.org/10.17159/2309-8392/2015/v60n1a3>
- Rodrigues, D. (2005). Acessibilidade e arquitetura: uma abordagem inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(1), 123-134.
- Schell, L., & Duncan, M. (1999). A content analysis of CBS's coverage of the 1996 Paralympic Games. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16(1), 27-47. <https://doi.org/10.1123/apaq.16.1.27>
- Seron, B., Souto, E., Malagodi, B., & Greguol, M. (2021). O esporte para pessoas com deficiência e a luta anticapacitista — dos estereótipos sobre a deficiência à valorização da diversidade. *Movimento*, 27, Artigo e27048. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.113969>
- Slatin, C., & Rush, R. (2002). Universal design: Ensuring access and equity for all. *Journal of Physical Therapy Education*, 16(2), 3-10.
- Stake, R. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Penso.
- Tasiemski, T., Kennedy, P., Gardner, B., & Taylor, N. (2005). The association of sports and physical recreation with life satisfaction in a community sample of people with spinal cord injuries. *NeuroRehabilitation*, 20(4), 253-265. <https://doi.org/10.3233/NRE-2005-20403>

Recebido: abril 26, 2022
Aceito: setembro 12, 2025